

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 212/2023
Data: 29/12/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
STS08 DEVE RESOLVER DÉFICIT NO PORTO DE SANTOS	3
TERRORISTAS PODEM AFETAR COMÉRCIO INTERNACIONAL	4
MERCOSHIPPIING MARÍTIMA LTDA	5
APM DIVULGA PRIMEIRAS IMAGENS DO SEU NOVO TERMINAL EM SUAPE.....	5
CEARÁ É APOIO LOGÍSTICO DA PETROBRAS PARA PERFURAR PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL	6
UNIGEL REGISTRA PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$ 1 BILHÃO ATÉ SETEMBRO.....	8
AURA ESPERA INICIAR CONSTRUÇÃO DE MATUPÁ EM MEADOS DE 2024	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
PRORROGAÇÃO DO REPORTO GARANTE A ATRAÇÃO DE MAIS INVESTIMENTOS EM PORTOS E FERROVIAS DO PAÍS	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – O PACOTE E O MERCADO DE TRABALHO	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Preocupação</i>	12
<i>Inflação</i>	12
<i>Alternavas</i>	12
<i>Sines 1</i>	12
<i>Sines 2</i>	12
<i>Sines 3</i>	12
NACIONAL - HADDAD ANUNCIA MEDIDAS PARA EQUILIBRAR CONTAS PÚBLICAS E ATINGIR “DEFICIT ZERO”	12
REGIÃO SUDESTE - APS ANUNCIA ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS VISANDO OBRAS DA PERIMETRAL	14
REGIÃO SUDESTE - ANTT ATUALIZA NOVA TABELA DE TARIFAS DA FERNÃO DIAS	15
REGIÃO NORDESTE - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DO RECIFE REGISTRA CRESCIMENTO DE 27% EM 2023	16
REGIÃO NORTE - NOVA EMPRESA DE CABOTAGEM VAI OPERAR NO SUPER TERMINAIS	16
NACIONAL - LULA SANCIONA LEI QUE AMPLIA PRAZO DO REPORTO.....	17
OPINIÃO – ESC – ARTICULISTA - REFLEXÕES SUSTENTÁVEIS: UM BREVE PANORAMA DO ANO DE 2023 E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO NA PAUTA ESG E DA SUSTENTABILIDADE	18
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	20
VENDA PARCIAL DA TAG PRETENDE AMPLIAR FOCO EM RENOVÁVEL E TRANSMISSÃO, DIZ ENGIE.....	20
PETROBRAS, GALP, MGÁS, MSGÁS E SULGÁS CONTRATAM CAPACIDADE DO GASBOL EM 2024	21
ENGIE VENDE 15% DA TAG POR R\$ 3 BILHÕES	21
JORNAL O GLOBO – RJ	22
GOVERNO PUBLICA MP COM AÇÕES PARA ELEVAR ARRECADAÇÃO QUE REONERA FOLHA DE PAGAMENTO E LIMITA COMPENSAÇÕES	22
JUSTIÇA DO RIO SUSPENDE ASSEMBLEIA DA ELETROBRAS QUE DECIDIRIA SOBRE INCORPORAÇÃO DE FURNAS	24
PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ NÃO SER CONTRA TETO PARA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, MAS ALEGA QUE HÁ MUITA COISA A DECIDIR ANTES DISSO	25
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	26
GOVERNO CRIA ‘ESCADINHA’ PARA FIM DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE 17 SETORES	26
TARCÍSIO PEGA EMPRÉSTIMO DE US\$ 480 MILHÕES COM O BID PARA MELHORIA DE RODOVIAS; DÍVIDA É DE 25 ANOS	29
VALOR ECONÔMICO (SP)	30
CSD BR APOSTA EM NOVAS LICENÇAS PARA GANHAR MERCADO	30
MERCADO DE SANEAMENTO PREVÊ RETOMADA DE LEILÕES COM INVESTIMENTOS DE R\$ 27 BI.....	31
ENGIE VENDE 15% DE PARTICIPAÇÃO NA TAG PARA FUNDO CANADENSE CDPQ POR R\$ 3,1 BI	33
MERCOSHIPPIING MARÍTIMA LTDA	34
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM	34



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

STS08 DEVE RESOLVER DÉFICIT NO PORTO DE SANTOS

Estudo prevê falta de 1,5 milhão de toneladas de combustíveis para os próximos anos

Por: ATribuna.com.br



O STS08 tem 152,3 mil metros quadrados e havia ido a leilão em novembro de 2021, sem interessados Foto: Luigi Bongiovanni/Arquivo/AT

O futuro arrendamento do STS08, na Alameda industrial, deverá equacionar o déficit de graneis líquidos no Porto de Santos, projetado em 1,5 milhão de toneladas para os próximos anos. O edital de chamamento público para identificar interessados em explorar combustíveis na área foi publicado, na última quarta-feira, pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

Para o lançamento do edital de arrendamento, a gestora do Porto de Santos realizou um estudo mercadológico. “De acordo com a projeção de mercado feita pela APS para oferecimento do STS08 ao mercado, baseado nos estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE - 2032), divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Governo Federal, a estimativa de demanda dinâmica de combustíveis para o período 2025-2049 é de 9,4 milhões de toneladas, enquanto a capacidade do Porto é de 7,9 milhões toneladas. O déficit, portanto, é projetado em 1,5 milhão de toneladas”.

Segundo a APS, os seguintes derivados de petróleo deverão contribuir para o déficit do País em 2032: óleo diesel (-52 mil metros cúbicos/dia), nafta (-7 mil metros cúbicos/dia) e coque de petróleo (-7 mil metros cúbicos/dia).

Ainda sob o aspecto mercadológico, a APS disse que com a implantação do terminal STS08, além da ampliação da concorrência em todo o mercado, evitando-se inclusive a formação de monopólios, haverá a maximização da utilização dos ativos públicos, com remuneração adequada aos níveis de mercado.

A Alameda, por si só, é um cluster de graneis líquidos, conforme definido no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos. No entanto, é uma área que carece de expansão.

“A atual composição da região tem pouca capacidade de expansão para fazer frente à demanda de mercado, por isso o STS08 é um ativo imprescindível para a segurança energética do País”, informou a APS.

Quanto ao edital de arrendamento lançado na quarta-feira, segundo a APS, o prazo para apresentação de interesse é de 30 dias. O STS08 conta com 152,3 mil metros quadrados e havia ido a leilão em novembro de 2021, quando não houve interessados. Agora, a APS firmará contrato de arrendamento, caso haja apenas um ofertante. Em caso de dois ou mais, será feita licitação.

“A Autoridade Portuária pública tem o dever de planejar o crescimento do Porto, uma vez que há um déficit histórico de capacidade instalada para atendimento de graneis líquidos no Porto de Santos”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, na ocasião.

“O arrendamento da área STS08 traz expectativa de geração de novos postos de trabalho durante o período contratual, incluindo empregos diretos, indiretos”, diz Pomini.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 29/12/2023

TERRORISTAS PODEM AFETAR COMÉRCIO INTERNACIONAL

Desde o início da guerra, o movimento Houthi declarou o seu apoio ao Hamas e tem atacado os navios

Por: *Eliane Octaviano Martins*



Foto: Pixabay

O aumento de ataques a navios comerciais no Mar Vermelho pelo movimento Houthi, a partir do Iêmen, poderá interferir no comércio internacional.

Desde o início da guerra, o movimento Houthi declarou o seu apoio ao Hamas e tem atacado os navios que trafegam no Mar Vermelho, rota estratégica pela qual se chega ao Canal de Suez. O grupo tem utilizado drones e mísseis antinavios para atingir navios comerciais e alega que os ataques são uma resposta ao ataque de Israel à Faixa de Gaza.

Com a intensificação dos ataques nos últimos dias, MSC, Maersk, CMA CGM e Hapag-Lloyd, as maiores empresas de transporte de contêineres do mundo, anunciaram que suspenderão temporariamente suas viagens pelo Mar Vermelho e o Canal de Suez. A medida também foi adotada pela petrolífera BP, fazendo com que os preços do petróleo e do gás subissem nos últimos dias.

O Canal de Suez representa 12% do comércio marítimo mundial e é uma das rotas mais estratégicas do mundo.

O desvio de uma das rotas marítimas mais importantes no comércio global de matérias-primas, petróleo e gás e de bens de consumo afetará a cadeia logística e o abastecimento global.

Ao evitar a rota, os navios devem contornar a África, aumentando a viagem em até 30 dias, o que acarreta aumento do preço do frete e do seguro marítimo. No âmbito do mercado de seguro para o transporte marítimo, já há reflexos significativos. De acordo com a Lloyd's List Intelligence, os preços dos seguros que contemplam as rotas no Mar Vermelho aumentaram consideravelmente, chegando a 250% de elevação para as companhias marítimas israelenses.

Neste cenário, as empresas provavelmente irão transferir o aumento dos custos para o consumidor final, causando um "efeito cascata" na economia, elevando a inflação e reduzindo, conseqüentemente, o poder de compra da população em um momento crítico para os governos que implementam medidas de controle de inflação pós-pandemia.

O movimento Houthi tem alertado que qualquer navio que transitar pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Aden é um alvo e reivindicado novos ataques contra navios que adentrarem a região.

Considerando essa constante ameaça, os Estados Unidos e seus aliados anunciaram uma nova força-tarefa naval multinacional composta pelo Reino Unido, Bahrein, Canadá, França, Noruega e outros, para "enfrentar o desafio colocado por esse ator não estatal" que "ameaça o livre fluxo de comércio, põe em perigo inocentes marinheiros e viola o direito internacional".

A Marinha dos EUA afirma que esta é uma importante tarefa para preservar o comércio marítimo mundial, mas não tem informado quais os sistemas de armas seus navios estão usando contra os ataques Houthi.

Especialistas têm informado que um destróier americano tem uma série de sistemas de armas à sua disposição, como mísseis terra-ar, projéteis explosivos e sistemas de armas de curta distância. Também dizem que os navios dos EUA têm capacidades de “guerra eletrônica” que poderiam romper as conexões entre os drones e seus controladores em terra. O principal ativo da Marinha dos EUA é o contratorpedeiro de mísseis guiados.

Os Houthis afirmam que só cederão quando Israel permitir a entrada de alimentos e medicamentos em Gaza. Para 2024, só nos resta ter esperanças de dias melhores...

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/12/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

APM DIVULGA PRIMEIRAS IMAGENS DO SEU NOVO TERMINAL EM SUAPE

As obras em Suape começam no próximo semestre e devem durar até cinco meses na primeira etapa.

Por Patricia Raposo



Design do Terminal da APM em Suape/Imagens: divulgação APM Terminals

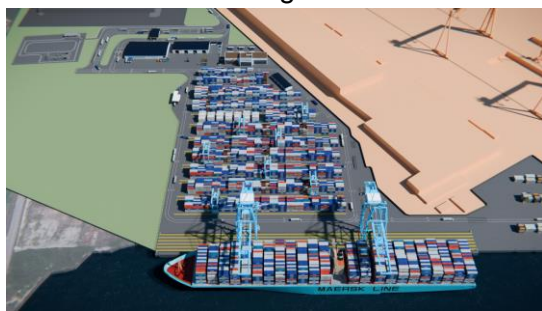
As obras para a implantação do novo terminal de contêiner da AMP Terminals em Suape estão previstas para começar no primeiro semestre de 2024. A empresa contratada, que ainda não teve seu nome revelado – o que deve ocorrer no começo de janeiro –, vai demolir 38.200 m² de prédios na área adquirida junto ao Estaleiro Atlântico Sul.

O Movimento Econômico obteve, com exclusividade, acesso às primeiras imagens de como será o novo terminal. Segundo o diretor-presidente para Suape da APM Terminals Americas, Aristides Russi Júnior, a obra deve durar de quatro a cinco meses, em sua primeira etapa. Agora, no começo do ano, a empresa efetuará a compra dos dois guindastes que serão usados para o início das operações em 2026.



Diretor Presidente para Suape da APM Terminals Americas/Foto: divulgação

No páreo para fornecer os produtos estão a chinesa ZPMC e a alemã Liebherr. O fornecedor escolhido deve entregar a encomenda em até 20 meses. A empresa espera ter uma entrega de 30% a 45% acima do concorrente Tecon Suape, segundo Russi.



Terminal da APM em Suape

A APM Terminals já conta com um time local, que está ocupando provisoriamente parte das instalações do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), de quem adquiriu um terço da área para o TUP. A transação envolveu R\$ 455 milhões e contribuiu para amortizar em 40% a dívida do EAS, que está em recuperação judicial e aos poucos vai se reerguendo.

O TUP da APM abre um campo potencial para novos negócios na região, pois vai exigir novas estruturas na cadeia de logística, como armazéns e frigoríficos, impactando do mercado imobiliário às empresas de distribuição de mercadorias.

Terminal eletrificado

O terminal de contêiner da APM Terminals será o primeiro 100% eletrificado na América Latina. Só não será zero em emissões de carbono porque os caminhões que o atenderão usam diesel. APM Terminals Suape garante iniciativas pioneiras em sustentabilidade portuária. Além da eletrificação, o terminal contará com um sistema completo de gestão ambiental.



Está prevista a modelagem de fluxo de águas subterrâneas para controle de poluição, além do tratamento de águas residuais e gestão de outros resíduos. Também terá uma rede 5G própria, que possibilitará transmitir informações em tempo real para os clientes, 24 horas por dia, sete dias por semana.

O uso de RTGs (guindastes móveis sobre pneus) por controle remoto, outro diferencial do terminal, segundo Russi, ampliará a agilidade das operações do terminal por meio da operação remota, impactando positivamente a produtividade e também garantindo mais segurança à operação.

A APM Terminals Suape promete fomentar o desenvolvimento socioeconômico da região, que passará a ter maior conectividade, potencialmente atraindo novos serviços diretos para a Ásia e a Europa.

Esses diferenciais devem gerar, segundo a direção, um efeito cascata positivo, impactando na redução de custos e de preços do transporte, aumentando a competitividade dos exportadores e reduzindo os preços dos insumos de produção intermediários importados e de bens de consumo.

A APM também diz que seu terminal impactará positivamente o varejo e a indústria no Nordeste, ao ampliar a oferta de janelas de atracação para os armadores, favorecendo o aumento do trânsito de navios e de novos serviços que conectem Pernambuco a diversos portos do mundo.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 29/12/2023

CEARÁ É APOIO LOGÍSTICO DA PETROBRAS PARA PERFURAR PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL

Petrobras detalha papel do Estado na operação. Aeroporto de Fortaleza e Porto do Mucuripe servem de suporte para extração de petróleo do novo pré-sal, em área que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá

Informações: O Povo



Para avaliar se o novo pré-sal é viável para ser explorado na Margem Equatorial, que vai do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, a Petrobras começou a perfurar no sábado, 23, o poço Pitu, localizado em águas profundas na Bacia Potiguar. Para realizar a operação, a empresa detalha o Ceará como apoio logístico.



No Estado, a companhia utiliza o Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, para ponto de logística aérea, distante 190 quilômetros (km) da exploração de petróleo.

Em mar, o Porto do Mucuripe, também localizado na capital cearense, é utilizado como suporte. O equipamento fica a 100 Milhas Náuticas do poço Pitu Oeste, no Rio Grande do Norte.

Questionada pelo O POVO sobre a base de Fortim, a 132,5 km ou 2h12min de Fortaleza, a companhia frisa que a área foi utilizada como apoio logístico terrestre durante a realização da Avaliação Pré-Operacional para obtenção da licença ambiental da Margem Equatorial, em setembro de 2023.

Sobre a operação iniciada no dia 23 de dezembro, a expectativa é que a perfuração temporária do poço Pitu Oeste levará de três a cinco meses.

Conforme a estatal, a ação possibilitará a obtenção de mais informações geológicas da área, permitindo que a Petrobras confirme a extensão da descoberta de petróleo feita em 2014.

Em relação ao investimento para pesquisa de óleo e gás na Margem Equatorial, o Plano Estratégico 2024–2028 da empresa prevê aporte de US\$ 3,1 bilhões, com estimativa de perfurar 16 poços no período.

Entenda mais detalhes da exploração de petróleo na Margem Equatorial
A Petrobras iniciou no sábado, 23, a perfuração do poço de Pitu Oeste, na Bacia Potiguar, que fica nos litorais do Ceará e Rio Grande do Norte.

A perfuração em si é realizada a 53 quilômetros (km) do litoral potiguar, mas toda uma cadeia de produção está sendo fomentada no estado cearense com essa exploração.

Vale lembrar que esta ainda não é uma etapa comercial, mas de verificação se há petróleo na Margem Equatorial, que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte.

Ao O POVO, Wagner Fernandes, diretor do Sindicato dos Petroleiros do Ceará (Sindipetro-CE), e que atua no grupo de trabalho de exploração da Margem Equatorial, detalha que, por exemplo, o carregamento da tubulação utilizada está sendo feito pelo Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

Ele diz até que alguns materiais, de licitação diária, podem advir de Caucaia ou Maracanaú, ou, talvez, a própria Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor) tenha armazenamento de produtos, como tubulação.

“Todo esse material tende a ficar aqui. O embarque do pessoal para a sonda, para a perfuração, está sendo feito pelo Aeroporto de Fortaleza, helicópteros, corpo médico, toda uma estrutura lá”, detalha.

Além de boa parte da estrutura de apoio de funcionários, segurança, inteligência, tecnologia da informação tem base de apoio no Ceará.

“Inclusive o nosso CDA, que é o Centro de Defesa Ambiental que está localizado em Fortaleza, na Lubnor, e na cidade de Fortim (a 132,5 km de Fortaleza)”, explica.

Isso porque, no caso de algum vazamento, Wagner esclarece que a maré e toda a corrente marítima tende a trazer óleo para a região de Fortim e Canoa Quebrada, por isso a importância do CDA perto.

Ao O POVO, a Petrobras detalha que a base de trabalho em Fortim foi utilizada como apoio logístico terrestre durante a realização da Avaliação Pré-Operacional para obtenção da licença ambiental, em setembro de 2023.

Início da exploração da Margem Equatorial

Conforme a Petrobras, a ação iniciada neste sábado marca a retomada da pesquisa da companhia por óleo e gás na Margem Equatorial.

Segundo a estatal, a perfuração do poço, na concessão BM-POT-17, localizada a 53 quilômetros da costa, levará de três a cinco meses.

Por meio do poço de Pitu Oeste, a Petrobras obterá mais informações geológicas da área, o que permitirá a confirmação da extensão da descoberta de petróleo já feita, em 2014, no poço de Pitu.

Histórico da exploração da Margem Equatorial pela Petrobras

A Petrobras recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em outubro deste ano, a licença de operação para a perfuração de dois poços de pesquisa de óleo e gás, em águas profundas na Bacia Potiguar, na Margem Equatorial brasileira.

No âmbito da mesma licença ambiental, a companhia pretende perfurar o poço Anhangá, na concessão POT-M-762, localizada a 79 km da costa do estado do Rio Grande do Norte, próxima ao poço Pitu Oeste.

“A Petrobras pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, sem esquecer da importância em fazer parte dos esforços para promover a segurança energética nacional. A Margem Equatorial será um ativo importante até para a sustentabilidade global”, declarou Jean Paul Prates, presidente da Petrobras.

Se for confirmada a viabilidade econômica da concessão, será necessário conceber e desenvolver toda a estrutura operacional para a produção e será preciso realizar um novo processo de licenciamento ambiental específico para a etapa de produção.

No Plano Estratégico 2024-2028 da Petrobras está previsto o investimento de US\$ 3,1 bilhões para pesquisa de óleo e gás na Margem Equatorial, onde a companhia planeja perfurar 16 poços nesse período.

Exploração de Petróleo na foz do Amazonas: entenda o debate

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 29/12/2023

UNIGEL REGISTRA PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$ 1 BILHÃO ATÉ SETEMBRO

Resultados financeiros da 2ª maior petroquímica do país recuaram 315% em comparação ao mesmo período de 2022

Informações: Poder 360



A petroquímica fecha o período com um Ebitda negativo de R\$ 276 milhões, na foto, instalações da Unigel

A Unigel registrou um prejuízo de R\$ 1,05 bilhão no acumulado de janeiro a setembro de 2023. No mesmo período de 2022, a companhia registrou um lucro de R\$ 491 milhões. O montante deste ano representa uma perda de 315% nos resultados líquidos da empresa. Leia a íntegra dos resultados financeiros (PDF – 990 kB).

A 2ª maior petroquímica do Brasil –atrás apenas da Braskem– também fechou o período com Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) negativo de

R\$ 276 milhões. A dívida bruta da Unigel totalizou R\$ 4,51 bilhões em setembro de 2023, 27% acima do período encerrado em dezembro de 2022.

Em nota, a companhia disse que os resultados foram motivados pela crise global do setor químico. Segundo a Unigel, existe um forte desequilíbrio na indústria, pois ao mesmo tempo que países asiáticos investiram no aumento da produção, a demanda global diminuiu devido às políticas

monetárias contracionistas adotadas por países europeus na tentativa de frear a inflação intensificada pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

Isso fez o preço desses químicos produzidos na Ásia, principalmente na China, caírem e os produtos ficaram ainda mais atraentes para os importadores. Isso afetou a indústria local em diversos locais, dentre eles o Brasil. Leia a íntegra da nota (PDF – 891 kB).

Conforme noticiado pelo Poder360, essa é a maior crise do setor em 30 anos. Além do desequilíbrio na demanda, o Brasil também possui um agravante: a baixa oferta de gás natural a preços competitivos para as empresas nacionais. O gás natural é o principal insumo da indústria química e o preço elevado do produto pressiona os custos dessas companhias.

Segundo a Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), o deficit comercial de produtos químicos no Brasil, no acumulado do ano até novembro, foi de US\$ 43,3 bilhões.

A balança comercial brasileira nesse período foi de US 56,7 bilhões em importações e US\$ 13,4 bilhões em exportações. Leia a íntegra do relatório de comércio exterior da Abiquim, divulgado nesta 4ª feira (27.dez.2023).

Para evitar o fechamento de fábricas e o agravamento da crise, o governo atendeu a um pleito do setor que foi a regulamentação de um regime de tributação especial para a indústria química. As empresas foram permitidas a usufruir dos benefícios do Reiq (Regime Especial da Indústria Química) em 23 de novembro deste ano.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 29/12/2023

AURA ESPERA INICIAR CONSTRUÇÃO DE MATUPÁ EM MEADOS DE 2024

Informações: Brasil Mineral



Empresa aguarda a Licença de Instalação (LI) para iniciar construção.

canadense 43.101.

A Aura Minerals espera iniciar no terceiro trimestre de 2024 a construção do projeto Matupá (Alvo X1), localizado no município de mesmo nome, no estado de Mato Grosso, para o qual já obteve a Licença Prévia e está com a Licença de Instalação em tramitação. O estudo de viabilidade, já concluído, indica que o investimento previsto para o empreendimento é de US\$ 107 milhões, para uma capacidade de produção anual de 54,7 mil onças nos quatro primeiros anos e uma vida útil prevista de 7 anos, com base nas reservas estimadas de acordo com a norma

O estudo de viabilidade inclui atualização das reservas e recursos estimados para o depósito X1, compreendendo recursos provados e prováveis de 309,1 mil onças de ouro. Mas há potencial para expandir a vida útil com os depósitos adicionais que ainda estão sendo perfurados. O custo AISC previsto é de US\$ 710/onça nos quatro primeiros anos. A expectativa é que o início das operações ocorra no último trimestre de 2025. Paralelamente aos trabalhos de licenciamento e preparação para construção, a empresa prossegue com um programa de exploração no Alvo Serrinhas, um corpo satélite 20km ao sul do X1, para o qual vê bom potencial, pois já foram detectados 800 metros de mineralização contínua.

O amadurecimento do projeto Matupá é mais um fruto da estratégia adotada pela empresa de aumentar os investimentos em exploração mineral. Nos últimos três anos, a média de investimentos da empresa em pesquisa mineral foi de US\$ 22 milhões/ano. O custo médio por onça de ouro descoberta no período foi de 21 dólares/onça, o que demonstra assertividade, segundo a companhia, já que a média da indústria tem sido de 43 dólares/onça. A previsão é que empresa feche o ano de 2023 com um total de 124 mil metros de sondagem.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 29/12/2023

Data: 29/12/2023

 Presidência da República

 Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PRORROGAÇÃO DO REPORTO GARANTE A ATRAÇÃO DE MAIS INVESTIMENTOS EM PORTOS E FERROVIAS DO PAÍS

O regime tributário para incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária foi prorrogado por mais cinco anos e vai gerar mais investimentos no Brasil, maior competitividade, geração de empregos e o crescimento do PIB

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, nesta sexta-feira (29), a Lei 14.787 de 28 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Essa extensão do benefício por cinco anos visa fortalecer os investimentos e incentivos necessários para posicionar o país de forma competitiva nos grandes mercados internacionais.



A medida impulsionará a economia brasileira - Foto: Banco de Imagens

Entenda

Instituído há quase duas décadas, o Reporto busca isentar os tributos de importação sobre máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros itens, favorecendo empresas e concessionárias que operam no modal. Com a prorrogação deste regime, há a perspectiva de

um aumento significativo na produção do setor e um crescimento expressivo nos próximos anos. Nos cinco primeiros meses de 2023, os portos brasileiros movimentaram 495,8 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 4,4% em comparação ao volume registrado no mesmo período de 2022.

No mês de novembro, Silvio Costa Filho e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reuniram-se para discutir a prorrogação do benefício. Durante o encontro, o titular do MPor enfatizou a importância de estender a desoneração de impostos para impulsionar os investimentos no setor, responsável por 95% do fluxo de comércio exterior do país, equivalente a 80% do PIB nacional.

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, celebrou a prorrogação, considerando-a uma pauta essencial para a agenda econômica brasileira.

"A medida impulsionará ainda mais a economia, gerando empregos, elevando a renda dos brasileiros e contribuindo para o desenvolvimento do país", ressaltou.



Importância do Reporto
Assessoria Especial de Comunicação Social

Ministério de Portos e Aeroportos
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 29/12/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O PACOTE E O MERCADO DE TRABALHO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o pacote de medidas econômicas para alcançar o “déficit zero” em 2024, reflete a determinação do Governo em equilibrar as contas públicas e conter o crescimento do gasto tributário. Em um momento crucial para a estabilidade econômica do País, tais medidas buscam fortalecer as bases financeiras e fomentar o desenvolvimento sustentável.

A limitação das compensações tributárias feitas pelas empresas é uma estratégia para conter a renúncia fiscal, garantindo que o Governo possa investir de forma mais eficaz em áreas prioritárias. O foco na reoneração gradual da folha de pagamentos e as mudanças propostas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), porém, devem ser analisadas com critério e de forma equilibrada, para garantir que o mercado de trabalho não seja prejudicado.

A proposta de desoneração da folha, com critérios claros e uma abordagem mais individualizada por classificação de atividade econômica, representa uma tentativa de otimizar o impacto positivo na geração de empregos. Um objetivo necessário. E ao vincular o benefício à manutenção do nível de emprego, o Governo busca garantir que as empresas beneficiadas contribuam efetivamente para o mercado de trabalho, que deve ser a grande meta do Governo, principalmente considerando a importância da oferta de trabalho para o desenvolvimento da economia.

O esforço contínuo do Ministério da Economia em buscar o “déficit zero” é louvável, considerando os desafios econômicos enfrentados. A limitação das compensações tributárias e a revisão de benefícios fiscais são passos necessários para garantir a sustentabilidade fiscal e criar um ambiente propício para o crescimento econômico. Mas a importância dessas medidas vai além das planilhas fiscais. Elas são fundamentais para promover a confiança dos investidores, garantir a estabilidade macroeconômica e criar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento. Porém, tais estratégias devem ser debatidas com a sociedade, especialmente os setores econômicos envolvidos,



de modo que se selecione a linha de ação mais sensata e eficaz, protegendo principalmente a geração de empregos no Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/12/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PREOCUPAÇÃO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quinta-feira, dia 28, que o preço alto das passagens aéreas o preocupa. O impacto dos valores dos bilhetes influenciou no resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA-15).

INFLAÇÃO

Os custos das passagens aéreas aceleraram em 0,4% o índice, que ficou acima das previsões do mercado financeiro. De acordo com os dados divulgados, o IPCA15 fechou 2023 com alta de 4,72% no acumulado de 12 meses. No acumulado até dezembro, as passagens aéreas registraram inflação de 48,11% no IPCA-15. É a maior alta dos bilhetes para um ano desde 2011.

ALTERNAVAS

Os valores altos preocupam o Palácio do Planalto que, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, tenta encontrar alternativas para baratear os bilhetes. Nos últimos dias, o ministro Silvio Costa Filho e reuniu com os CEOs das principais empresas aéreas para anunciar um compromisso das companhias para diminuir os valores em 2024.

SINES 1

O Porto de Sines, um dos principais de Portugal, anunciou a suspensão da tarifa cobrada das transportadoras ferroviárias para que suas composições utilizem a malha do complexo marítimo. De acordo com a Administração dos Portos de Sines e Algarve, a cobrança, que já estava interrompida desde maio, não será retomada no próximo ano devido à instabilidade e à retração dos mercados mundiais. Segundo o órgão, “constatou-se que o ano 2023 tem sido um ano particularmente difícil para as empresas importadoras e exportadoras dada a instabilidade e retração que se vive nos mercados mundiais”.

SINES 2

A autoridade portuária de Sines também informou que é possível “encontrar uma solução diferente e equilibrada para o problema” dos “gastos operacionais decorrentes do investimento efetuado na ampliação, requalificação e modernização do complexo ferroviário do Porto de Sines”, o que reforçou a decisão de interromper a cobrança da tarifa.

SINES 3

Em nota, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), do governo de Portugal, informou que a administração portuária irá restituir os valores pagos pelos operadores ferroviários de mercadorias neste ano, devido à tarifa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/12/2023

NACIONAL - HADDAD ANUNCIA MEDIDAS PARA EQUILIBRAR CONTAS PÚBLICAS E ATINGIR “DEFICIT ZERO”

Compensações tributárias, reoneração gradual da folha de pagamentos e mudanças no Perse estão entre as sugestões

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A desoneração da folha de pagamento que será enviada pelo ministro Fernando Haddad representaria uma queda de arrecadação de R\$ 12 bilhões nos cofres públicos Crédito: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

“NOSSO ESFORÇO CONTINUA NO SENTIDO DE EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS POR MEIO DA REDUÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO NO NOSSO PAÍS”

FERNANDO HADDAD
ministro da Economia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na quinta-feira, dia 28, um pacote de medidas econômicas para equilibrar as contas públicas e atingir o “deficit zero” em 2024. A íntegra da proposta não foi divulgada, mas o texto será enviado por meio de Medida Provisória (MP) para o Congresso Nacional.

Segundo o ministro, entre as sugestões estão a limitação das compensações tributárias feitas pelas empresas; reoneração gradual da folha de pagamentos e mudanças no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

De acordo com o Ministério, a desoneração da folha de pagamento que atinge 17 setores representaria uma queda de arrecadação de R\$ 12 bilhões nos cofres públicos. Com a nova proposta que será enviada por Haddad, o valor cai para R\$ 6 bilhões.

O ministro informou que o novo pacote é a continuidade da intenção do Governo de combater o chamado gasto tributário – momento em que o Governo renuncia ou perde arrecadação de impostos para algum objetivo econômico ou social.

“Nosso esforço continua no sentido de equilibrar as contas públicas por meio da redução do gasto tributário no nosso país. O gasto tributário no Brasil foi o que mais cresceu, subiu de cerca de 2% do PIB [Produto Interno Bruto] para 6%”, disse Haddad.

Compensações tributárias

A medida atinge todas as compensações por decisões judiciais. Por exemplo, quando uma empresa ganha uma causa da Justiça, ela pode receber a quantia da União através de precatórios ou de compensação de créditos tributários, ou seja, deixa de pagar impostos.

O limite proposto pelo Ministério será para créditos superiores a R\$ 10 milhões, que valerão por cinco anos. Na média, a limitação para a compensação deve ser de 30% ao ano no prazo de cinco anos, mas o percentual vai depender do total de créditos compensados por cada empresa.

De acordo com a Fazenda, o impacto dessa sugestão nos cofres públicos em 2024 seria de cerca de R\$ 20 bilhões.

Mudanças no Perse

As mudanças no benefício serão graduais até 2025. A desoneração sobre as contribuições sociais será extinta em maio do próximo ano, mas o benefício para o Imposto de Renda só deve acabar em 2025.

Os benefícios fiscais atuais do Perse representam um prejuízo para o Governo de R\$ 16 bilhões. “Esse valor é absolutamente conservador. Nós já temos dados de faturamento dessas empresas do Perse. Elas já declararam e vão declarar até o final do ano mais de R\$ 200 bilhões de faturamento desonerado”, apontou o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

Desoneração da folha

De acordo com a proposta de Fernando Haddad, no lugar da desoneração da folha que previa pagamento de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da empresa, o valor a ser pago será de 10% ou 15%, até o valor de um salário mínimo, o que passar disso, pagará uma alíquota de 20%.

No lugar de setores, a desoneração será por classificação principal de atividade econômica da empresa, divididas em dois grupos; desoneração de 10% para 17 categorias e desoneração de 15% para 25 categorias.

Os grupos foram divididos segundo critérios de alcance do benefício atual e geração de empregos. Como complemento, as empresas beneficiadas deverão manter o mesmo patamar de empregos atual.

A desoneração da folha de pagamentos dos municípios será tratada de forma individual, em negociação com as prefeituras, informou o ministro.

A data de envio do texto para o Congresso Nacional não foi informada. Medidas Provisórias têm efeito imediato, mas só devem ser analisadas pelo Legislativo a partir de fevereiro, após o retorno do recesso parlamentar.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/12/2023

REGIÃO SUDESTE - APS ANUNCIA ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS VISANDO OBRAS DA PERIMETRAL

Investimento para as desapropriações na margem esquerda será de quase R\$ 7 milhões, segundo a companhia

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

A REVITALIZAÇÃO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO MELHORAR O TRÁFEGO DE CAMINHÕES QUE ACESSAM OS TERMINAIS PORTUÁRIOS DA MARGEM ESQUERDA DO CAIS SANTISTA



Segundo a APS, o trecho recebe diariamente 2 mil caminhões por dia. Com a revitalização do trecho, a expectativa é que o número passe a ser de 5 mil caminhões por dia Crédito: Helder Lima/Prefeitura de Guarujá

A diretoria da Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou o termo de acordo para a aquisição, por desapropriação extrajudicial amigável, de áreas particulares localizadas em Guarujá (SP), por onde vai passar o novo trecho revitalizado da Avenida Perimetral da margem

esquerda.

Segundo informou a APS, o investimento feito para a desapropriação de áreas para a passagem da nova pista será de R\$ 6,82 milhões.

A área total adquirida pela companhia soma 6.859 metros quadrados. A revitalização tem como principal objetivo melhorar o tráfego de caminhões que acessam os terminais portuários da margem esquerda do cais santista.

Segundo o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, o processo de desapropriações representa o primeiro passo para as obras da Avenida Perimetral da margem esquerda, que foram incluídas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com a destinação de recursos da ordem de R\$ 500 milhões.

“As áreas vão permitir o viaduto, os retornos e demais acessos que vão garantir a execução da obra, que será vital para as conexões com os terminais, o túnel Santos-Guarujá, e terá papel decisivo para a expansão do Porto na margem esquerda”, comentou.

No mês passado, durante o balanço dos sete meses da atual gestão, a diretoria da Autoridade Portuária fez uma apresentação a respeito das obras referentes à perimetral da margem esquerda.

Seguindo o cronograma estabelecido pela companhia, o edital referente às obras será publicado em outubro do ano que vem. A previsão é que as obras iniciem em janeiro de 2025, com conclusão estimada em 2029.

Segundo dados da Autoridade Portuária, o trecho recebe diariamente 2 mil caminhões por dia. Com a revitalização do trecho, a expectativa é que o número passe a ser de 5 mil caminhões por dia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023

REGIÃO SUDESTE - ANTT ATUALIZA NOVA TABELA DE TARIFAS DA FERNÃO DIAS

Novos preços em oito praças de pedágios já estão valendo desde 27 de dezembro

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Atualização de tarifas da Fernão Dias está em vigor desde quarta-feira (27 de dezembro) (Foto: Divulgação/Arteris)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou nesta semana no Diário Oficial da União (DOU) a deliberação referente a atualização das tarifas da Rodovia Fernão Dias (BR-381/MG/SP), no trecho entre Contagem (MG) e Guarulhos (SP), concedido à Arteris Fernão Dias. As novas tarifas entraram em vigor a partir de quarta-feira (27 de dezembro).

De acordo com a agência, as atualizações levam em consideração a 16ª Revisão Extraordinária, a 16ª Revisão Ordinária e o Reajuste Anual da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) do trecho.

As atualizações aprovadas no último dia 21 de dezembro pela diretoria da ANTT atingem a Tarifa Básica de Pedágio nas praças P1, em Mairiporã/SP, P2, em Vargem/SP, P3, em Cambuí/MG, P4, em Careaçú/MG, P5, em Carmo da Cachoeira/MG, P6, em Santo Antônio do Amparo/MG, P7, em Carmópolis de Minas/MG, e P8, em Itatiaiuçu/MG.

Seguindo a nova tabela de preços de pedágio da rodovia federal, a tarifa mais barata refere-se a motocicletas, motonetas, e bicicletas moto, no valor de R\$ 1,45. Para a classe de automóvel, caminhonete e furgão (2 eixos) a tarifa é de R\$ 2,90.

As tarifas mais altas, que são referentes a caminhões com reboque, caminhão-trator com semirreboque de 5 eixos e Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque com 6 eixos, tem valor de R\$ 14,50 e \$ 17,40, respectivamente.

A 16ª Revisão Extraordinária alterou a TBP de R\$ 1,16535 para R\$ 1,13610, representando um decréscimo de -2,509%. Já o efeito da 16ª Revisão Ordinária altera a TBP de R\$ 1,13610, resultante da 16ª Revisão Extraordinária, para R\$ 1,13255, representando uma redução de 0,313%.

O reajuste anual da TBP incorpora também percentual positivo de 4,57%, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para recomposição tarifária. Com isso, o efeito combinado, após arredondamento, a tarifa básica passa de R\$ 2,80 para R\$ 2,90, representando um acréscimo de 3,57%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023

REGIÃO NORDESTE - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DO RECIFE REGISTRA CRESCIMENTO DE 27% EM 2023

De janeiro a dezembro, o complexo registrou a movimentação de mais de 1 milhão de toneladas de cargas

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



De janeiro a dezembro de 2023, o Porto do Recife movimentou 1.374.34 toneladas de cargas ante as 1.160.992 toneladas operadas no mesmo período do ano anterior Crédito: Divulgação

O Porto do Recife (PE) registrou neste ano um crescimento de 27% nas importações e exportações em comparação com 2022. De janeiro a dezembro de 2023, a movimentação foi de 1.374.34 toneladas. Em relação ao mesmo período do ano passado, o total de cargas movimentadas foi de 1.160.992

toneladas.

Até o final de dezembro, o complexo deve operar mais 35 mil toneladas.

Entre os segmentos que mais se destacaram no resultado atual estão o trigo, bobinas de aço e o açúcar.

Já entre os fatores que contribuíram para o crescimento estão os embargos causados pela guerra entre Rússia e Ucrânia, a crise no Oriente Médio e o aumento da demanda por produtos brasileiros na Europa e Estados Unidos – açúcar, por exemplo.

Além disso, importantes países produtores como a Índia reduziram suas exportações para abastecer o mercado interno.

O presidente do Porto do Recife, Delmiro Gouveia, disse que a meta para o ano de 2024 é que as movimentações cresçam em torno de 25%.

“Esses números mostram a força de Pernambuco, que virou a solução encontrada por alguns países para suprir as suas necessidades em razão de diversos problemas. É um resultado que nos dá ânimo para 2024, cujo objetivo é crescer mais 25%”, declarou.

Expansão

O Porto do Recife está preparado para receber até oito navios, simultaneamente, em seus berços de atracação. Atualmente, possui uma área de 114 mil m² disponíveis para armazenagem de cargas diversas, dividida em armazéns cobertos (com capacidade de abrigar aproximadamente 60 mil toneladas) e pátios para cargas diversas (com capacidade para 50 mil toneladas).

O porto recifense também tem silos portuários próprios que podem armazenar 25 mil toneladas de grãos, além de terminal privado de malte de cevada com capacidade atual de 22 mil toneladas e com projeto de duplicação de sua capacidade de armazenamento em fase de implantação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023

REGIÃO NORTE - NOVA EMPRESA DE CABOTAGEM VAI OPERAR NO SUPER TERMINAIS

Norcoast realizará o transporte de contêineres pela costa brasileira e bacia amazônica

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A Norcoast é uma joint venture entre a alemã Hapag-Lloyd e a brasileira Norsul, que fará o transporte de contêineres de cabotagem atendendo a costa brasileira e a bacia amazônica Crédito: Divulgação

O Super Terminais, terminal privativo que atende o Polo Industrial de Manaus, fechou parceria com a Norcoast e receberá, com exclusividade, os navios da companhia em Manaus (AM).

A Norcoast é uma joint venture fifty-fifty entre a alemã Hapag-Lloyd e a brasileira Norsul, que surgiu para realizar o transporte de contêineres de cabotagem, a partir do ano que vem, atendendo toda a costa brasileira e bacia amazônica. O lançamento foi em outubro.

Até então, a Norsul já atuava em cabotagem, mas com transporte de granéis.

Na nova área de atuação, a Norcoast será a responsável pelo escoamento da produção em contêineres de eletroeletrônicos, duas rodas, plástico e químico da Região Norte para o Brasil, por meio de quatro navios de 3,5 mil TEU (unidade de contêiner de 20 pés).

Oportunidade

O CEO da Norcoast, Gustavo Paschoa, explicou, quando anunciou a empresa, que ela surgiu ao observar oportunidades no segmento, que nos últimos 15 anos cresceu 11% ao ano.

Paschoa também ressaltou que o mercado de cabotagem nacional, há 20 anos, não registrava a entrada de uma empresa nova, gerando uma demanda reprimida que poderá ser atendida.

Outro estímulo para o surgimento da Norcoast é o processo de descarbonização global que, entre as metas, traz um equilíbrio maior de transporte entre os modais.

Neste cenário, a cabotagem deve seguir tendência de crescimento já que emite menos CO2 do que o modal rodoviário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023

NACIONAL - LULA SANCIONA LEI QUE AMPLIA PRAZO DO REPORTO

Benefício prevê isenção fiscal para investimentos nos setores portuário e ferroviário

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que amplia a validade do Reporto por mais cinco anos, até 31 de dezembro de 2028. O texto foi publicado na edição desta sexta-feira, dia 29, do Diário Oficial da União.

O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) possibilita a compra de equipamentos para portos e ferrovias com desoneração de IPI, PIS, Cofins e Imposto de Importação (II). Ele era válido até o próximo domingo. Agora, com a nova lei, ficará em vigor até o final de 2028.

O novo prazo do Reporto integra a Lei n. 14.787. O texto foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados na madrugada da última sexta-feira, dia 22. Ele já tinha sido analisado pelo Senado e, nos últimos dias, aguardava a sanção presidencial.

A votação do texto na Câmara dos Deputados ocorreu de forma simbólica. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, compareceu ao plenário para apelar aos deputados federais pela aprovação do texto e acompanhou a votação. Após o resultado, Costa Filho comemorou a vitória e

destacou a importância da medida, como mostra um vídeo que postou minutos depois em suas redes sociais.

“Trata-se matéria fundamental para a agenda portuária brasileira, que vai estimular ainda mais o crescimento econômico e o desenvolvimento de um setor fundamental para a economia brasileira”, afirmou Costa Filho na gravação.

O projeto de lei chegou à Câmara no dia 4 de dezembro após ser aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O texto era de autoria do senador Carlos Portinho (PL-RJ) e foi relatado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA).

Conforme mostrou o BE News, o setor portuário passou por momentos de incerteza quanto à aprovação do projeto na Câmara e chegou a cogitar a edição de uma Medida Provisória para garantir o benefício fiscal. Na terça-feira, dia 19, Arthur Lira afirmou a aliados que não tinha planos até a ocasião para pautar o Projeto de Lei

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023

OPINIÃO – ESC – ARTICULISTA - REFLEXÕES SUSTENTÁVEIS: UM BREVE PANORAMA DO ANO DE 2023 E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO NA PAUTA ESG E DA SUSTENTABILIDADE



JOÃO EDUARDO AMARAL

Presidente do Conselho ESG
do Fórum Brasil Export e
Fundador do J Amaral Advogados

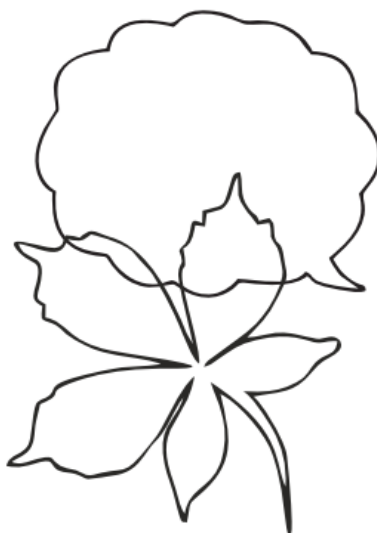
opinio@portalbenews.com.br



JULIA PASSARO BERTAZZOLI

Secretária Executiva de Governança
Corporativa do Brasil Export e
Advogada do J Amaral Advogados

opinio@portalbenews.com.br



Nesse momento de finalização de ano, não poderíamos deixar de trazer, aos caros leitores, nossa reflexão acerca do ano de 2023, o qual foi marcado por uma série de avanços significativos no cenário da sustentabilidade e da pauta ESG. Desde regulamentações até a inovação em produtos e tecnologias, presenciamos um movimento crescente em direção a práticas mais sustentáveis e responsáveis. Neste artigo, recapitularemos alguns dos pontos-chave desse ano que abordamos aqui e compartilharemos nossas expectativas otimistas para 2024.

No decorrer de 2023, testemunhamos um notável progresso na implementação de regulamentações que promovem a transparência e a padronização de critérios. Países ao redor do mundo, principalmente na Europa, intensificaram esforços para concretizar políticas para uniformizar os



relatórios de sustentabilidade das empresas, como a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Empresarial (CSRD) e as Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS). Essas iniciativas não apenas definiram padrões, mas também incentivaram as organizações a adotar estratégias mais sustentáveis.

Igualmente, no Brasil, também tivemos essa evolução no âmbito regulatório. Acompanhamos a evolução da Taxonomia Sustentável Brasileira, evidenciando o compromisso do Brasil em adotar medidas alinhadas aos padrões internacionais.

Além disso, como já abordamos aqui, tivemos uma evolução no âmbito das finanças sustentáveis. Podemos citar o crescimento dos títulos verdes, especialmente utilizados nos setores da energia renovável e da agricultura, sendo o Brasil o maior mercado atuante nestes títulos na América Latina. Ainda no mercado financeiro, tivemos a adoção pela B3 de regras para aumentar a diversidade de gênero e a representatividade de grupos minorizados em cargos de alta liderança das empresas listadas na bolsa.

Paralelamente, o ano de 2023 foi marcado por eventos que impulsionaram discussões e ações em prol da macro pauta da sustentabilidade e da adoção, cada vez mais relevante e presente, dos princípios ESG. Desde conferências globais até iniciativas locais, o engajamento da comunidade em questões ambientais, sociais e de governança ganharam destaque. Essas interações desempenharam um papel crucial na conscientização e no estímulo a mudanças efetivas. Exemplo disso foi a recém encerrada COP 28, em Dubai, e seu enorme alcance e repercussão.

Não podemos deixar de lembrar que uma parte essencial do progresso em direção à sustentabilidade é a constante inovação em produtos e tecnologias. Durante 2023, presenciamos o surgimento de soluções inovadoras que visam reduzir o impacto ambiental, promover a inclusão social e aprimorar as boas e necessárias práticas de governança, sempre em alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas). Essas inovações têm o potencial de transformar setores inteiros e impulsionar uma economia mais verde e equitativa. Inclusive, trouxemos aqui o desenvolvimento de cidades inteligentes e a forma que elas utilizam a automação e a conectividade para o desenvolvimento de uma economia circular.

À medida que nos aproximamos do novo ano de 2024, mantemos uma visão otimista em relação às oportunidades que surgirão para avançar ainda mais na macro pauta da sustentabilidade e nas estratégias e ações ESG. A crescente conscientização e o comprometimento das empresas e da sociedade prometem um caminho de progresso contínuo. No entanto, reconhecemos os diversos desafios que ainda precisam ser superados, incluindo a implementação efetiva das regulamentações, a escalabilidade das inovações e o engajamento holístico e conjunto dos indivíduos, governos e empresas.

Portanto, vemos que o ano de 2023 foi importantíssimo para a evolução do macro tema da sustentabilidade e das políticas de ESG, evidenciando o impulso crescente em direção a uma economia e modelos de negócios mais sustentáveis, inclusivos e éticos.

À medida que nos despedimos deste ano e adentramos 2024, é crucial manter o olhar, ímpeto e a determinação para enfrentar os desafios futuros e explorar as oportunidades que estão por vir. Com esforços coletivos e comprometimento contínuo, acreditamos que estamos diante de um futuro desafiador, mas muito promissor, onde a sustentabilidade e os princípios ESG moldarão uma sociedade e um ambiente empresarial mais circulares, resilientes e responsáveis, permitindo a evolução e perpetuidade da nossa espécie humana e de nossos negócios para além das futuras gerações.

Autores: João Eduardo de Villemor Amaral Ayres¹ e Julia Passaro Bertazzoli²

¹Presidente do Conselho ESG do Fórum Brasil Export e fundador do J Amaral Advogados

² Advogada do J Amaral Advogados

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/12/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

VENDA PARCIAL DA TAG PRETENDE AMPLIAR FOCO EM RENOVÁVEL E TRANSMISSÃO, DIZ ENGIE

Por Gabriela Ruddy 29 de dezembro de 2023 Em Empresas, Mercado de gás



O CEO da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini.
Foto: Fernando Willladino/Fiesc

A decisão da Engie Brasil Energia (EBE) de se desfazer de 15% da Transportadora Associada de Gás (TAG) está relacionada à estratégia de focar na implantação dos projetos de geração de energia renovável em curso e à busca por novos ativos de transmissão nos próximos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A companhia anunciou a venda de parte da parcela que detinha na transportadora para o Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) por R\$ 3 bilhões. Com isso, o CDPQ passa a ter 50% da TAG, enquanto a EBE fica com 17,5% e a Engie S.A., controladora da EBE, terá 32,5%.

O CEO da EBE, Eduardo Sattamini, afirmou em teleconferência com analistas na manhã desta sexta-feira (29/12), que a aquisição de novos projetos de transmissão será um dos focos da empresa este ano.

“Essa transação vai trazer caixa para a companhia e possibilitar investimentos em novos projetos”, disse.

A EBE tem um portfólio grande de projetos em implantação, que inclui os complexos eólicos Campo Largo 2 (BA), Serra do Assuruá (BA) e Santo Agostinho (RN), além do complexo fotovoltaico Assú Sol (RN) e do projeto de transmissão Asa Branca (BA/MG/ES).

Sattamini lembrou ainda que a companhia comprou em novembro o complexo solar Cruzeiro, da Atlas, por R\$ 3,2 bilhões, o que também vai requerer capital da empresa. Com isso, a venda da participação na TAG ajuda a evitar uma pressão sobre a dívida, afirmou.

“A gente não via refletir na avaliação da EBE o valor da TAG. Dessa forma, a participação de 17,5% que será mantida tem uma relação de valor importante”, disse.

O controle da TAG foi vendido pela Petrobras em 2019, quando a Engie e o CDPQ compararam 90% da transportadora por R\$ 8,6 bilhões (R\$ 11,6 bilhões corrigidos). Em 2020, a estatal vendeu os 10% restantes por R\$ 1 bilhão, em valores da época.

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores, Eduardo Takamori, as mudanças no mercado de gás desde então ajudaram a capturar o valor do investimento.

“Ao longo desse período de investimento na TAG, houve uma série de evoluções de valores, como a evolução na regulação e uma evolução administrativa. Ocorreu a abertura do mercado. Entendemos que estava no momento adequado, e coincidiu com o interesse do nosso sócio no projeto”, afirmou.

Os executivos não descartaram a possibilidade de que a EBE se desfaça do restante da participação na TAG, mas afirmaram que não há previsão para que isso ocorra e que “não está no radar”. Do mesmo modo, também não desconsideraram novos investimentos no segmento de gás natural.

“Para o grupo Engie, o gás é parte do negócio estratégico no mundo, sendo o combustível da transição energética. Para a EBE, houve a oportunidade de fazer esse investimento, mas o core [foco] é na geração e transmissão de energia”, afirmou Sattamini.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/12/2023

PETROBRAS, GALP, MGÁS, MSGÁS E SULGÁS CONTRATAM CAPACIDADE DO GASBOL EM 2024

Empresas arremataram 20,9 milhões de m³/dia de entrada e 11 milhões de m³/dia de saída no novo processo de oferta da TBG

Por Gabriela Ruddy 29 de dezembro de 2023 Em Mercado de gás



Instalações do Gasbol – Gasoduto Bolívia-Brasil (Foto: Divulgação TBG)

RIO – A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG) assina nesta sexta-feira (29/12) contratos com Petrobras, Galp, MGás, MSGás e Sulgás para transporte de gás no regime de entrada e saída no Gasbol entre 2024 e 2028.

Os acordos são resultado das ofertas de capacidade realizadas ao longo de 2023. As empresas contrataram ao todo 20,9 milhões de m³/dia de entrada e 11 milhões de m³/dia de saída para 2024, com início dos serviços em 1º de janeiro. Para 2028, o volume contratado foi de 1,7 milhão de m³/dia.

Com isso, o volume já contratado no Gasbol até então corresponde a toda a capacidade de saída disponível em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O processo de contratação conduzido este ano ocorreu depois de atualizações nas regras pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que permitiu a oferta da capacidade com aprovação direta da agência, sem necessidade de chamadas públicas.

A concorrência ocorreu por meio do Portal de Oferta de Capacidade (POC).

Contexto: O que muda na contratação dos gasodutos, com o fim da chamada pública
Segundo a TBG, a atualização tornou o processo de contratação de capacidade mais ágil e similar às ofertas de produtos de curto prazo.

Com as novas regras, as chamadas públicas passaram a ser obrigatórias apenas para ampliação ou construção de novos gasodutos.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/12/2023

ENGIE VENDE 15% DA TAG POR R\$ 3 BILHÕES

Companhia negociou participação com o fundo canadense CDPQ, que agora tem 50% da transportadora de gás natural

Por eptr 28 de dezembro de 2023 - Atualizado em 29 de dezembro de 2023 Em Empresas, Mercado de gás

RIO – A Engie anunciou nesta quinta-feira (28/12) a venda de 15% da Transportadora Associada de Gás (TAG) para o Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) por R\$ 3 bilhões. Com isso, o fundo canadense e o grupo francês passam a ter a mesma participação na companhia.

A Engie Brasil Energia tem 32,5% da TAG e vai passar a deter 17,5%. A GDF International, também do grupo Engie, mantém seus 32,5% de participação. Já o CDPQ aumenta sua fatia de 35% para 50%, por meio da subsidiária integral CDP Groupe Infrastructures Inc.



Eduardo Takamori, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Engie Brasil Energia (Foto: Divulgação)

“O desinvestimento parcial em TAG é uma opção atrativa para implementar uma rotação de ativos, em momento em que a companhia possui um pipeline sólido de projetos em implementação, sem aumentar a pressão sobre a alavancagem, ratings e payout da Companhia”, explicou Eduardo Takamori, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Engie Brasil Energia.

A negociação representa um aumento significativo do valuation da transportadora em relação a 2020, quando a Engie comprou os 10% remanescentes da Petrobras por R\$ 1 bilhão em valores da época (R\$ 1,4 bilhão corrigidos).

A Petrobras vendeu 90% da TAG em 2019, para a Engie e o CDPQ, por US\$ 8,6 bilhões.

A TAG possui a mais extensa malha de transporte de gás natural do Brasil, com uma infraestrutura de gasodutos de aproximadamente 4.500 km, localizada ao longo de parte do litoral Sudeste e do litoral Nordeste do país, além de um trecho que liga Urucu a Manaus (AM), na região Norte.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/12/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO PUBLICA MP COM AÇÕES PARA ELEVAR ARRECADAÇÃO QUE REONERA FOLHA DE PAGAMENTO E LIMITA COMPENSAÇÕES

Texto prevê nova tributação sobre salários em 17 setores a partir de abril, iniciativa que enfrenta resistência no Congresso. Medida provisória também reduz incentivos a setor de eventos

Por O GLOBO — Brasília



O presidente Lula e o ministro Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/10-03-2023

O governo federal publicou nesta sexta-feira Medida Provisória com três ações para aumentar a tributação e, assim, tentar atingir o objetivo de déficit fiscal zero em 2024. A MP determina uma mudança no regime de tributação de empresas



de 17 setores intensivos em mãos de obra e retoma a cobrança tributária que incide sobre a folha de pagamento dos funcionários.

Apesar de uma MP ter efeito imediato, o trecho que estabelece a reoneração começa a valer a partir do dia 1º de abril de 2024.

Em outras frentes, o texto limita ainda compensações tributárias de empresas e reduz incentivos ao setor de eventos. A iniciativa é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Uma medida provisória tem validade imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias para que os efeitos sejam permanentes.

A desoneração da folha de pagamentos nessas empresas é aplicada desde 2011 e foi prorrogada até 2027 pelo Congresso neste ano. Lula chegou a vetar, mas a decisão foi derrubada pelo Poder Legislativo no último dia 14. No Senado, foram 60 votos contrários e apenas 13 para manutenção do veto. Na Câmara, o placar foi ainda mais amplo, de 378 a 78.

O modelo substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores intensivos em mão de obra, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

As outras mudanças previstas na Medida Provisória são restrições ao Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), de incentivo financeiro às empresas de eventos, e uma nova regra que limita do valor que empresas podem abater de impostos após decisões judiciais.

Além da desoneração, a MP inclui outras duas iniciativas. Uma delas é limitar a 30% o valor anual que as empresas podem abater de impostos após decisões judiciais que garantem uma compensação por montantes pagos a mais anteriormente. A medida valerá apenas para companhias que possuem créditos acima de R\$ 10 milhões.

Outra é limitar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, criado na pandemia, válido até 2026. O impacto para as contas públicas, segundo o Ministério da Fazenda, é de R\$ 20 bilhões no ano que vem, acima do previsto quando o programa foi aprovado. Parte dos abatimentos serão revogados gradualmente.

Mas, entre as três medidas, a que deve enfrentar mais resistência no Congresso é a reoneração da folha de pagamento. Parlamentares afirmam que a medida não deve ser aprovada.

A MP prevê a retomada da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos, com um alívio apenas na primeira faixa salarial. As alíquotas reduzidas não serão aplicadas na totalidade da folha de salário, mas sobre o valor correspondente a um salário mínimo. E com retomada gradual da alíquota integral.

Em 2024, o percentual será de 10% e 15% (a depender da atividade exercida), subindo para 17,05% e 18,75% no último ano de vigência, em 2027. A partir de então, todos voltariam a pagar 20%.

O incentivo é só para a primeira parcela do salário, sobre o valor correspondente a um salário mínimo. Dessa forma, para o trabalhador que ganha R\$ 2 mil, por exemplo, a empresa poderá ter R\$ 1.320 tributado em 10% e R\$ 680 com 20%.

A MP divide as empresas em dois grupos, que reúnem diversos setores. O primeiro grupo, com atividades como transporte ferroviário e consultoria de informática, a alíquota aplicada será de 10% em 2024; 12,05% em 2025; 15% em 2026 e 17,05% em 2027.

Por sua vez, o segundo grupo, do qual fazem parte empresas como as que exercem a atividade de fabricação de calçados até obras de engenharia, os percentuais serão 15% em 2024; 16,25% em 2025; 17,05% em 2026 e 18,75% em 2027.



A iniciativa também diz que "as empresas que aplicarem as alíquotas reduzidas deverão firmar termo no qual se comprometerão a manter, em seus quadros funcionais, quantitativo de empregados igual ou superior ao verificado em 1º de janeiro de cada ano-calendário".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2023

JUSTIÇA DO RIO SUSPENDE ASSEMBLEIA DA ELETROBRAS QUE DECIDIRIA SOBRE INCORPORAÇÃO DE FURNAS

Decisão, de caráter liminar, foi tomada após trabalhadores entrarem na Justiça com mandado de segurança contra a operação; reunião estava prevista para às 14h

Por Juliana Causin — São Paulo

Em decisão liminar, a Justiça do Rio de Janeiro suspendeu a reunião de acionistas da Eletrobras que iria votar, nesta sexta-feira, a incorporação de Furnas pela companhia. A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) estava prevista para acontecer às 14h.

O mandado de segurança foi impetrado na Justiça por um grupo de sindicatos, incluindo a Associação de Empregados de Furnas (Asef) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia). A Eletrobras poderá recorrer.

O objetivo da assembleia era deliberar sobre a incorporação de Furnas, que é subsidiária integral da Eletrobras. A operação incluiria a absorção, pela Eletrobras, de "todos os seus bens, direitos, contingências e obrigações" de Furnas, segundo comunicado feito pela companhia ao mercado em novembro deste ano.

No pedido de liminar, os sindicatos argumentam que, antes de definir pela incorporação, a Eletrobras precisa apresentar um plano ou estudo sobre as consequências da operação para os trabalhadores da subsidiária. Eles também pedem garantias para que sejam mantidos, após a operação, os acordos coletivos, fundos de pensão recolhidos e o patrimônio jurídico dos empregados de Furnas, segundo Marcus Neves, advogado dos trabalhadores eletricitários.

— Nós buscamos essa decisão judicial para garantir de direitos dos empregados do grupo. Não estamos aqui para discutir questões societárias. A questão é que essa movimentação afeta diretamente os direitos sociais desses empregados. A Eletrobras vai garantir todos os direitos que já estavam garantidos? A preocupação se justifica, ela é real e a gente espera que dentro prazo seja apresentado um plano de resguardo e segurança para os trabalhadores.

Justiça dá 90 dias para apresentação de plano

A Eletrobras ainda não se manifestou sobre a decisão. De acordo com comunicado feito pela companhia ao mercado, no mês passado, a incorporação apresentaria "oportunidades de redução responsável de custos para o grupo Eletrobras decorrentes especialmente da supressão das redundâncias e ineficiências, bem como da gestão mais eficiente de recursos e pessoas".

A operação, que está prevista no plano estratégico da Eletrobras, não incluiria aumento de capital, direito de recesso (quando acionistas podem se desfazer de ações), nem emissão de novos papéis pela companhia. Segundo a empresa,

Ao conceder a liminar, o desembargador José Nascimento Araujo Netto, do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região, definiu um prazo de 90 dias para que a Eletrobras apresente um estudo "sobre o impacto da incorporação nos contratos de trabalho em curso e nos direitos adquiridos pelos empregados", sob pena de multa de R\$ 1 milhão.

Com atuação em 15 estados do país, além do Distrito Federal, Furnas opera com a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Entre os ativos da empresa, estão mais de 20 usinas hidrelétricas. Segundo os sindicatos, a empresa emprega 2,3 mil pessoas diretamente.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/12/2023

PRESIDENTE DA PETROBRAS DIZ NÃO SER CONTRA TETO PARA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, MAS ALEGA QUE HÁ MUITA COISA A DECIDIR ANTES DISSO

Prates garante não ser contra a ministra Marina Silva e muito menos o Ibama. E diz que na próxima década deve cair ligeiramente a produção brasileira

Por O Globo - RJ



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates — Foto: Mauro Pimentel/ AFP/ foto de arquivo

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, não quis comprar briga com a ministra Marina Silva que sugeriu estabelecer um teto para a produção de petróleo no Brasil. Perguntei a Prates sobre a declaração da ministra Marina e ele afirmou não ser contra, mas acha que não deveria ser agora. Prates garante não ser contra a ministra e muito menos o Ibama. E informa que o pico da produção de petróleo do Brasil deve ser 2031/2032, depois disso vai diminuindo devagar.

- Me cabe hoje dirigir, conduzir a Petrobras, que é uma empresa de petróleo em transição. No meu entendimento um teto para a produção de o petróleo num país como o Brasil talvez fosse uma coisa que tivesse que entrar numa fila. Existem várias outras coisas que a gente precisa pensar, inclusive em relação à própria Amazônia. Buscar petróleo, não vai nem furar para produzir ainda, vai buscar para saber se tem a 170 km do Amapá e a 580 km da Foz do Amazonas, não é tão pecaminoso assim. É um processo de prospecção como a gente agora fez ao arrematar áreas na frente do Rio Grande do Sul, para também abrir uma outra fronteira na bacia de Pelotas. A gente precisa fazer isso porque do contrário, se o pré-sal acaba ali, em 30,35 anos, e o petróleo continua a ser importante para a humanidade durante mais 50, 60 anos, nós teríamos, teoricamente, que começar a importar petróleo de outros países, e um petróleo mais carbonizados.

Segundo Prates, a Petrobras precisa seguir na mesma trilha enquanto faz a sua "metamorfose ambulante":

- A gente tem que sair caminhando na mesma trilha mais um pouquinho e se transformando numa outra pessoa, numa outra empresa, com outros produtos, mas ao mesmo tempo que a gente vai caminhando, continua faturando um pouco daquilo que a gente sabe fazer.

Medidas anunciadas por Haddad combatem o gasto tributário; entenda o que o ministro propôs
Insisti em perguntar se ele é contra ou a favor e ele continuou contornando a pergunta.

- Há outros tetos, limites que a gente precisa também discutir. Se for um conjunto de limites que indicam um planejamento de transição energética para os investidores, para os consumidores, para os cidadãos, com fases, anos, acho muito bem-vindo. Mas acho que também tem que se falar de consumo, de uso da floresta, de uso da terra, do uso do mar para outras funções não só pra geração de energia.

-Acho que só colocar uma bandeira, só dizer que o petróleo é feio e que tem que acabar, é muito pouco, vai ser muito vazio o processo. De novo, não sou contra o teto, há países que têm essa meta, nós mesmos, como empresa, temos que estabelecer a nossa também. Nós temos um pico de produção programado para 2030, 2031, 2032. A partir daí, a produção vai pousar suavemente. Essa grande fonte de receita vai começar a ser substituída por outra. Afinal de contas, transição energética não é ruptura, é transição e tem uma gradualidade natural envolvida.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/12/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO CRIA 'ESCADINHA' PARA FIM DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS DE 17 SETORES

Medida Provisória publicada nesta sexta distingue setores por atividades econômicas; transportes e TV pagarão menos do que construção civil, edição de livros e calçados

Por Mariana Carneiro e Luiz Guilherme Gerbelli

A Medida Provisória publicada nesta sexta-feira, 29, pelo governo Lula cria uma 'escadinha' para reonerar os 17 setores até então atendidos pela política de desoneração da folha de pagamentos. O texto também separa o grupo em dois, concedendo um benefício tributário maior a 17 atividades econômicas, entre as quais transporte público e atividades de TV e TV por assinatura. Outras 25, como construção civil, fabricação de calçados e edição de livros pagarão mais.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista coletiva sobre a MP que revogou a desoneração da folha de pagamentos
Foto: Marcelo Camargo/Agv™ncia Brasil

Como anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na véspera, o governo revogou via MP a desoneração da folha de pagamentos promulgada pelo Congresso Nacional. Apesar da promessa de fazer uma reoneração gradual, a medida na prática faz com que as empresas passem a recolher mais tributos imediatamente.

A iniciativa provocou críticas de representantes dos setores que integram o programa e também por parlamentares, que desaprovam o fato de o governo editar uma medida provisória para reabrir um debate que foi discutido por meses no Legislativo.

A MP é mais uma tentativa da equipe econômica de alcançar o resultado primário zero em 2024, como prometido por Haddad. De acordo com o Ministério da Fazenda, a desoneração da folha dos 17 setores teria um custo de R\$ 12 bilhões em 2024. Com as mudanças da MP, esse valor deve recuar para R\$ 6 bilhões, montante que será compensado com a extinção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que oferece benefícios fiscais para empresas do setor e que também foi eliminado na MP.

Adotada desde 2011, a desoneração é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20%, incidente sobre os salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O benefício perderia a validade no fim deste ano e, por iniciativa do Congresso, havia sido prorrogado até 2027.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto da desoneração da folha em novembro, mas o Congresso derrubou o veto em 14 de dezembro, com amplo apoio tanto na Câmara quanto no Senado.

No lugar, a medida provisória publicada nesta sexta-feira estabelece que as empresas voltarão a pagar a contribuição patronal sobre os salários, mas essa reoneração ocorrerá de forma gradual.

No primeiro ano (2024), o primeiro grupo, formado por 17 classes de atividades, passará a recolher a contribuição patronal de 10% sobre o primeiro salário mínimo de seus funcionários. Se o trabalhador



receber, por exemplo, o equivalente a cinco salários, o desconto valerá somente sobre o primeiro salário recebido.

No segundo grupo de 25 classes de atividades, as empresas recolherão 15% de contribuição patronal sobre o primeiro salário mínimo de seus funcionários.

A partir de 2025, os valores sobem para 12,5% no primeiro grupo e para 16,25% no segundo grupo de atividades econômicas. A escadinha prossegue em 2026 e chega a 2027 a 17,5% para o primeiro grupo e 18,75% para o segundo.

O texto não esclarece se a partir de 2028 as empresas passariam a pagar pelo valor cheio - como regra geral, de 20% de contribuição patronal.

Com o gradualismo, o Ministério da Fazenda entende que esses setores seguirão com benefício tributário e defende que a política deve ser revista.

Os representantes destes setores discordam da iniciativa da Fazenda e alegam que o benefício gerou resultado, uma vez que a contratação de trabalhadores formais cresceu 18,9% de janeiro de 2019 a agosto de 2023 enquanto os demais setores aumentaram em 13% o total de empregados com carteira.

No primeiro grupo, estão empresas de transporte ferroviário e de carga, transporte rodoviário de táxi, atividades de rádio e televisão aberta e consultoria em tecnologia da informação.

O segundo grupo inclui companhias que fazem fabricação de calçados, construção de rodovias e ferrovias, obras portuárias e de engenharia, além da edição de livros, jornais e revistas. Veja abaixo todas as atividades contempladas.

MEDIDA PROVISÓRIA 1202

<https://statics.estadao.com.br/filedelivery/onecms:adf27f68-b160-471b-a7a0-ee0d8722bf57:a234898c-8f2e-4eb0-b1d4-b3313f596c7e/mp12021.pdf>

Primeiro grupo:

- Transporte ferroviário de carga;
- Transporte metroferroviário de passageiros;
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana;
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional;
- Transporte rodoviário de táxi;
- Transporte escolar;
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente;
- Transporte rodoviário de carga;
- Transporte dutoviário;
- Atividades de rádio;
- Atividades de televisão aberta;
- Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura;
- Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis;
- Consultoria em tecnologia da informação;
- Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

Segundo grupo:



- Curtimento e outras preparações de couro;
- Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material;
- Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente;
- Fabricação de calçados de couro;
- Fabricação de tênis de qualquer material;
- Fabricação de calçados de material sintético;
- Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente;
- Fabricação de partes para calçados, de qualquer material;
- Construção de rodovias e ferrovias;
- Construção de obras de arte especiais;
- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
- Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações
- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas;
- Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto;
- Obras portuárias, marítimas e fluviais;
- Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas;
- Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente;
- Edição de livros;
- Edição de jornais;
- Edição de revistas;
- Edição integrada à impressão de livros;
- Edição integrada à impressão de jornais;
- Edição integrada à impressão de revistas;
- Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos;
- Atividades de consultoria em gestão empresarial

Exigência

O texto da MP também determina que as empresas que tiverem interesse em participar do programa de desoneração da folha deverão se comprometer em não demitir.

“As empresas que aplicarem as alíquotas reduzidas (...) deverão firmar termo no qual se comprometerão a manter, em seus quadros funcionais, quantitativo de empregados igual ou superior ao verificado em 1º de janeiro de cada ano-calendário”, diz a medida provisória.

Essa exigência não constava da legislação em vigor.

A medida provisória estabelece que a mudança na contribuição das empresas começa a valer em 1º de abril de 2024. Se ela não for aprovada pelo Congresso em até 120 dias, perde a validade. O prazo, contudo, só começa a contar após o fim do recesso parlamentar, em 2 de fevereiro.

Com o desacordo demonstrado por parlamentares já na edição da MP, há chance de ela ter a vigência reduzida. Isso já está provocando um clima de incerteza entre as empresas dos setores atendidos. Se fazem a conversão para as mudanças estipuladas na MP ou se aguardam pela palavra do Parlamento.

A advogada Maria Andréia dos Santos, sócia da área tributária do Machado Associados, afirma que até o início da vigência da MP, em abril, haverá uma corrida das empresas para se adequar ao novo regime de tributação, o que tem custos operacionais e pode levar a demissões.

“Sem dúvida as empresas pagarão mais impostos”, diz ela. “A contribuição sobre a folha de pagamentos é pesada para estes setores, que são intensivos em mão de obra. As associações já vêm alertando que as empresas não vão aguentar manter o atual nível de mão de obra com o aumento de custos”.

Ela também criticou a cláusula que exige, a priori, a manutenção dos empregos.

“É complexo até para o governo fazer o acompanhamento disso. A empresa firma o compromisso no início do ano sem saber se vai conseguir mantê-lo. A finalidade é louvável, mas estão substituindo a atual tributação por uma contribuição mais pesada, e pode ser que as empresas não consigam manter estes empregos, o que se exigido tende a agravar a situação de desequilíbrio das empresas”.

Na entrevista em que apresentou a MP, Haddad disse que a Fazenda não havia sido ouvida sobre a prorrogação da desoneração da folha e que o custo da medida, estimado em R\$ 27 bilhões pelo ministro - contando os R\$ 12 bilhões para os 17 setores mais a desoneração estendida, pelo Congresso, para prefeituras.

Além de reonerar os 17 setores que eram atendidos pelo programa, Haddad revogou por completo o benefício para os municípios com até 142 mil habitantes. O ministro disse que o Palácio do Planalto vai iniciar em janeiro negociação com os prefeitos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/12/2023

TARCÍSIO PEGA EMPRÉSTIMO DE US\$ 480 MILHÕES COM O BID PARA MELHORIA DE RODOVIAS; DÍVIDA É DE 25 ANOS

Dinheiro será investido em 470 quilômetros de rodovias, com construção de ciclovias e outras obras de infraestrutura; além do valor do financiamento, Estado dará contrapartida de R\$ 1 bilhão

Por Karina Ferreira

O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) assinou um financiamento de US\$ 480,1 milhões (R\$ 2,3 bilhões em valores atuais) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo (PIRSP). O governo terá 24 anos e seis meses para pagar o empréstimo. Além desse valor, o Executivo estadual investirá US\$ 206 milhões, cerca de R\$ 1 bilhão, no projeto.

O dinheiro será utilizado na reabilitação de 470 quilômetros de rodovias transversais que ligam pontos do Estado sem passar pela capital, fazendo a integração delas com outras que cortam a cidade de São Paulo.



Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo Foto: Werther Santana / Estadão

Com as obras, o governo pretende criar alternativas para facilitar o trânsito, inclusive em eventos como congestionamentos e bloqueios de rodovias.

Essa será a terceira fase do programa. O financiamento total do banco é de US\$ 1,4 bilhão, com US\$ 618 milhões de contrapartida do Estado.

O projeto prevê a criação de pontos de recarga para veículos elétricos, a instalação de Wi-Fi e a construção de ciclovias.

O governador também tem mirado nas privatizações e parcerias com iniciativa privada para entregar obras. Nesta semana, Tarcísio disse à Coluna do Estadão que “investimento privado é motor do desenvolvimento”, quando a anunciou que pretende fazer 13 leilões do Programa de Parceria de Investimentos em 2024 na Bolsa de Valores de São Paulo.

A primeira ida à B3 está prevista para 29 de fevereiro, para o leilão do TIC - Trem Intercidades, que ligará a capital paulista até Campinas.



Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/12/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

CSD BR APOSTA EM NOVAS LICENÇAS PARA GANHAR MERCADO

A companhia opera como registradora há três anos e já ingressou com os pedidos de licenças adicionais no BC e na CVM

Por Mariana Ribeiro — De São Paulo

A registradora de ativos financeiros, valores mobiliários e operações de seguros CSD BR espera receber em 2024 as licenças para atuar também como liquidante e depositária e, assim, aumentar sua participação em mercados concentrados na B3. A empresa tem R\$ 600 bilhões em ativos registrados no momento e espera chegar ao final do próximo ano com até R\$ 2 trilhões.

A companhia opera como registradora há três anos e já ingressou com os pedidos de licenças adicionais no Banco Central (BC) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “Estamos em fase final de aprovação pelos dois. Não temos previsão de data, mas acreditamos que possa sair ainda no primeiro trimestre”, afirma o CEO da CSD BR, Edivar Queiroz. O objetivo é atuar como a antiga Cetip, que, em 2017, foi fundida com a BM&FBovespa para formar a B3.

Em 2022, a CSD BR ingressou com uma denúncia contra a bolsa brasileira no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) alegando que a concorrente utiliza seu monopólio nos mercados de negociação, clearing, sistemas de liquidação e depósito de ativos financeiros para “favorecer artificialmente sua posição dominante nos demais mercados relacionados”. Neste ano, a Superintendência-Geral da autarquia abriu inquérito administrativo para apurar supostas práticas anticoncorrenciais.

Na visão da CSD BR, a B3 concede descontos condicionados, faz venda casada e impõe cláusulas de exclusividade em suas relações contratuais com o intuito de fechar mercados e excluir seus concorrentes efetivos e potenciais. A registradora fala ainda em imposição de obstáculos à interoperabilidade com os sistemas de outras infraestruturas de mercado financeiro (IMFs). Hoje, já há normas referentes à interoperabilidade, mas as empresas precisam construir os procedimentos. “O BC e a CVM estão acompanhando o processo e acho que em algum momento podem atuar”, diz Queiroz.

Procurada, a B3 afirmou que segue as melhores práticas nos mercados em que atua, incluindo aspectos concorrenciais, e atua “em parceria e apoio a novos entrantes”, sendo uma das associadas da Associação para Interoperabilidade de IMFS (APIIMF), ao lado de outras seis infraestruturas. “A B3 possui diversos contratos firmados com outras infraestruturas de mercado, incluindo acordos de interoperabilidade, e atua de forma cooperativa com infraestruturas, participantes, reguladores, investidores e o mercado como um todo”, diz. A empresa também reforçou “seus investimentos e compromissos com a robustez e a segurança do mercado de capitais”.

“O FSB chamou atenção para o risco de se ter só uma infraestrutura”

— Edivar Queiroz

A CSD BR espera que as novas licenças contribuam não só com a entrada em novos mercados como com a expansão das atividades atuais. A operação em registro de recebíveis imobiliários também está no radar. A empresa ainda tem uma participação pequena de mercado, mas busca se consolidar como uma opção à B3 em diferentes segmentos. “O FSB [Financial Stability Board], em

2017, chamou atenção para o risco de se ter uma única infraestrutura. Nenhum mercado é bom sem concorrência”, diz Queiroz.

Segundo o executivo, a registradora aposta em velocidade e preço como diferenciais. “Tornamos os produtos mais ‘commodities’ e trouxemos tecnologia para dar agilidade aos processos”, afirma. “Conquistamos 12% dos swaps de mercado de balcão com essa estratégia, sendo ágil e melhor.”

A CSD BR conta com investidores como Santander, BTG Pactual e Chicago Board Options Exchange (CBOE). Entre seus clientes, estão os bancos Topázio, Daycoval e Pan.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2023

MERCADO DE SANEAMENTO PREVÊ RETOMADA DE LEILÕES COM INVESTIMENTOS DE R\$ 27 BI

Cenário para 2024 é de projetos de BNDES, Sanepar, Sabesp e em dezenas de municípios

Por Taís Hirata — De São Paulo



Instabilidade regulatória afasta o investidor internacional, diz Teresa Vernaglia, do conselho do Infra Women Brazil — Foto: Julio Bittencourt/Valor

O mercado de saneamento básico prevê uma retomada de grandes concessões no próximo ano. A expectativa é de ao menos R\$ 27 bilhões de novos investimentos contratados, considerando projetos previstos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar, programados para 2024.

Há ainda dezenas de outros projetos municipais em estruturação. Além das concessões, o mercado também aguarda a privatização da Sabesp, que, se concretizada, será o principal marco do setor.

“Em 2024, devemos entrar em um segundo ciclo de projetos, que é bem promissor. Estão em modelagem as concessões em Sergipe e no Pará, com firme engajamento dos governadores, e começam a pipocar PPPs pelos Estados”, afirma Percy Soares Neto, diretor-executivo da Associação das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Abcon).

O BNDES planeja realizar em 2024 os leilões de Paraíba, Sergipe, Rondônia e Pernambuco. Os projetos de Pará e Goiás deverão ficar para 2025 e 2026, respectivamente. A concessão de Porto Alegre, também em estudo pelo banco de fomento, não tem data definida - embora no mercado a expectativa seja de uma licitação no próximo ano. Além disso, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) estrutura três PPPs de esgoto, cujos leilões ainda não têm data definida, mas têm previsão para sair no primeiro semestre de 2024.

Do lado do setor privado, a projeção é que haverá interesse pelos projetos, principalmente dos operadores já atuantes no mercado. Não há expectativa de muitos operadores entrando no segmento no curto prazo.

Calendário de leilões

Projetos de água e esgoto previstos para 2024

Projetos	Estado	Investimento previsto, em R\$ milhões *	Previsão de leilão
Concessão/PPP de Sergipe	SE	6.250	2º tri/2024
PPP da Sanepar - Lote 1 (Microrregião Centro-Leste)	PR	934	1ºsem/2024
PPP da Sanepar - Lote 2 (Microrregião Oeste)	PR	1.293	1ºsem/2024
PPP da Sanepar - Lote 3 (Microrregião Oeste)	PR	685	1ºsem/2024
Concessão de Porto Alegre	RS	5.288	Em revisão
Concessão/PPP da Paraíba	PB	5.760	3º tri/2024
Concessão/PPP de Rondônia	RO	6.719	3º tri/2024
Concessão/PPP de Pernambuco	PE	16.500	4º tri/2024
Outros 36 projetos de municípios e consórcios intermunicipais	-	36.711	-

Fontes: BNDES, Sanepar, Abcon

*Valores calculados considerando todos municípios em estudo; projetos podem ser divididos em mais de um bloco de concessão, o que só ocorre nas fases finais da estruturação

“Para os projetos no padrão BNDES devemos ver uma competição similar à que já vimos. O momento ainda é difícil. As empresas estão alavancadas, não estão com espaço no balanço. Há pontos positivos, como as debêntures de infraestrutura, que trazem um novo mecanismo de financiamento, mas o custo ainda é elevado. Acredito que para esses projetos veremos os grupos já tradicionais, eventualmente com parcerias com fundos de investimentos”, afirma Karla Bertocco, sócia da Mauá Capital.

Na avaliação de Marcos Ganut, sócio-diretor da A&M (Alvarez & Marsal) Infra, há dúvidas sobre o fôlego das empresas para disputar os novos leilões. Segundo ele, 2024 deverá ser o melhor ano do saneamento, pelo número de ativos em estudo. “O mercado está interessado. A questão é se o espaço das companhias será suficiente para absorver os investimentos”, diz o diretor.

A previsão é que haverá interessados, mas não no mesmo patamar de concorrência visto em 2020 e 2021, na avaliação de Teresa Vernaglia, ex-presidente da BRK e membro do conselho do Infra Women Brazil. Para ela, um dos fatores que têm afastado o interesse de novos operadores internacionais é a instabilidade regulatória do setor.

“No leilão da Cedae [em 2021], o governo tinha uma expectativa de que viriam investidores de fora, o que não aconteceu”, diz. Segundo a especialista, naquela época, os potenciais investidores queriam entender o quanto estavam consolidadas as regras do novo marco legal. “De 2021 para cá, o mercado não teve essa confirmação”, afirma.

As turbulências regulatórias marcaram o setor de saneamento em 2023. As dúvidas começaram já no fim de 2022, quando o novo governo federal sinalizou que alteraria regras para o segmento de saneamento básico.

A preocupação se confirmou em abril, com a publicação de dois decretos, que geraram forte reação negativa do setor privado e do próprio Congresso Nacional, que viu nos textos mudanças em relação à lei aprovada em 2020. Como resposta, os parlamentares editaram novos decretos, para reverter as medidas desejadas pelo governo.

A solução veio apenas em julho, quando o governo revogou seus decretos anteriores e publicou novos, mantendo parte das medidas, mas retirando aquelas mais controversas - chegando assim a um texto de acordo e colocando fim às idas e vindas.

“Para projetos no padrão BNDES, competição será similar à já vista”

— Karla Bertocco

Na visão de analistas, o imbróglio gerou insegurança em investidores que ainda não estão presentes no mercado, além de atrasos na elaboração dos projetos.

“Foi um ano de poucas concessões regionais, basicamente a PPP da Sanepar. Tivemos muitos leilões municipais, o que coloca em dúvida a diretriz de regionalização trazida pela nova lei”, diz Fernando Vernalha, sócio do Vernalha Pereira Advogados.

Na visão de alguns analistas, esse atraso foi conveniente para as principais companhias privadas do setor de água e esgoto, que nos últimos anos conquistaram contratos de grande porte, com investimentos e outorgas bilionárias. Ao longo de 2023, os grupos conseguiram substituir seus empréstimos-ponte por financiamentos de mais longo prazo e deram início às operações - o que já deverá começar a aliviar a alavancagem elevada, embora os patamares devam seguir altos no curto prazo.

A BRK Ambiental encerrou o terceiro trimestre de 2023 com uma dívida líquida de R\$ 10,5 bilhões e alavancagem financeira de 7,6 vezes da dívida pelo Ebitda. A Iguá terminou o mesmo período com endividamento de R\$ 6,1 bilhões e alavancagem de 8 vezes. A Aegea, que se consolidou como maior grupo privado do setor, registrou dívida líquida de R\$ 21,7 bilhões e alavancagem de 3,89 vezes no terceiro trimestre - incluindo os resultados da operação do Rio de Janeiro e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

No mercado, se por um lado não há expectativa de novos operadores disputando licitações diretamente, há previsão de movimentações societárias nessas empresas - tanto com a entrada de sócios financeiros nas plataformas consolidadas, quanto pela saída de acionistas. Esse movimento poderá se dar via aquisições ou ofertas iniciais públicas de ações (IPOs, na sigla em inglês), caso haja janela para isso.

Além dos projetos de concessão, em 2024 uma grande expectativa do mercado de saneamento recai sobre a privatização da Sabesp, que o governo paulista planeja concretizar até julho. A meta é considerada desafiadora pelo setor privado e por pessoas envolvidas no processo, mas factível, dado o andamento acelerado das etapas até agora.

O plano do Estado é fazer a alienação do controle da empresa de saneamento por meio de uma oferta subsequente de ações (“follow on”), na qual o governo seguiria com uma fatia de 15% a 30% e traria acionistas de referência para a companhia privatizada, ou seja, sócios privados com um maior grau de controle. Os detalhes da modelagem, no entanto, só serão conhecidos no início de 2024.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 29/12/2023*

ENGIE VENDE 15% DE PARTICIPAÇÃO NA TAG PARA FUNDO CANADENSE CDPQ POR R\$ 3,1 BI

Neste novo acordo, a Engie S.A. mantém uma participação de 32,5%, enquanto a Engie Brasil fica 17,5%, e a CDPQ assume os 50% restantes

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



A TAG foi vendida pela Petrobras em 2019 e possui a maior rede de transporte de gás natural do Brasil — Foto: Agência Petrobras

A Engie Brasil Energia anunciou que a venda de 15% de sua participação na Transportadora Associada de Gás (TAG) para o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) por R\$ 3,1 bilhões.

Neste novo acordo, a Engie S.A. mantém uma participação de 32,5%, enquanto a Engie Brasil fica 17,5%, e a CDPQ assume os 50% restantes. O controle da empresa passa a ser compartilhado entre as duas companhias.



Com 11 estações de compressão de gás, 14 pontos de recebimento e 90 pontos de entrega, a TAG foi vendida pela Petrobras em 2019 e possui a maior rede de transporte de gás natural do Brasil, com 4.500 quilômetros de gasodutos que percorrem 10 estados e quase 200 municípios. A empresa abastece dez distribuidoras de gás, três refinarias, oito termelétricas e duas unidades de fertilizantes.

O objetivo do desinvestimento parcial na TAG, disse o diretor-presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, é fazer a rotação de ativos em um momento em que a empresa está implementando um pipeline de projetos, sem aumentar a pressão sobre a alavancagem (atualmente em 2,1 vezes a dívida líquida sobre Ebitda), classificação de risco e remuneração dos acionistas. Além disso, o objetivo é concentrar a atenção nos setores elétricos no plano de investimentos da companhia em geração e transmissão de energia elétrica.

“A venda parcial da participação da Engie Brasil Energia na TAG está alinhada ao nosso plano de investimentos em novas plantas renováveis e transmissão de energia, possibilitando a melhor alocação de capital nestes dois segmentos que estão no centro da nossa estratégia de crescimento”, disse Sattamini.

Atualmente, a Engie Brasil Energia tem cerca de R\$ 13 bilhões em investimentos em curso no Brasil até 2026. A meta é adicionar 2 gigawatts (GW) de capacidade instalada em geração eólica e solar nos próximos dois anos. Este montante não inclui a recente aquisição que a empresa fez de usinas solares da Atlas Brasil Energia por R\$ 3,24 bilhões, cujo fechamento da operação ainda está em curso.

O vice-presidente executivo e chefe de infraestrutura da CDPQ, Emmanuel Jaclot, disse em nota que o negócio é estratégico, já que a TAG tem apresentado forte performance desde o investimento inicial, há cerca de cinco anos. “O anúncio de hoje é consistente com a estratégia da nossa equipe de investimentos em infraestrutura: neste caso, reinvestir em uma empresa do nosso portfólio com ativos bem contratados, liderada por uma equipe de gestão experiente, e no Brasil, um país onde temos a ambição de continuar crescendo nosso portfólio nos próximos anos”, disse.

No plano de investimentos da companhia para o ciclo 2023-2027, a TAG prevê um aporte de R\$ 3,3 bilhões. Há pelo menos três tipos de investimentos na malha que a empresa faz e planeja atualmente: novas conexões, otimização da malha já existente e a remoção de gargalos.

Recentemente a companhia concluiu sua primeira emissão de debêntures incentivadas no valor de R\$ 600 milhões para financiar dois projetos atualmente em construção considerados prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME): o gasoduto Gasfor II, no Ceará, e a conexão do Terminal GNL em Sergipe, ambos interligados à malha integrada de transporte de gás natural nacional.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/12/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 29/12/2023